



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Julgamento Impugnação Edital.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição de 01 (um) veículo automotor terrestre, zero-quilômetro, ano de fabricação modelo 2018/2018, ou versão atualizada; para renovação parcial da frota pertencente à Câmara Municipal de Jataí.

I. DAS PRELIMINARES:

Impugnação interposta tempestivamente pela empresa COMERCIAL DINÂMICA EIRELI EPP, com fundamento nas Leis 8.666/93 e 10.520/2002.

II. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A empresa impugnante contesta especificamente o Termo de Referência, onde a descrição do objeto vem assim redacionada:

PRIMEIRO EMPLACAMENTO INCLUSO, COM PLACAS DE FUNDO BRANCO – CATEGORIA OFICIAL EM NOME DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ GO; TAXAS DE LICENCIAMENTO E SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT PAGAS.

Sucedede que, tal exigência é absolutamente ilegal, pois afronta às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente será demonstrado.

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Requer a Impugnante:

a) declarar-se nulo o item atacado, bem como em todas as partes do Edital onde solicita ao primeiro emplacamento do veículo em nome do município;

b) determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

IV. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, o Decreto 5.450/05, em seu artigo 18, dispõe:

“Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma presencial”.

O impugnante encaminhou em tempo hábil, via e-mail, sua impugnação a Câmara Municipal de Jataí, portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares.

Quanto ao mérito, cumpre esclarecer que esta Câmara Municipal de Jataí, na pessoa de sua Pregoeira, Entende que um dos princípios da licitação é a garantia da ampla concorrência, entretanto, tal princípio não pode ser tomado isoladamente, antes, deve ser interpretado e sopesado conjuntamente com outros importantes princípios, tais como a razoabilidade, proporcionalidade e eficiência nas contratações.

V. DECISÃO

Pelo exposto, decide a Pregoeira da Câmara Municipal de Jataí, em DAR PROVIMENTO à impugnação apresentada pela empresa supracitada, acatando o pedido constante no item III, que pertine ao questionamento sobre a exigência contida na descrição do objeto. O edital será retificado e devidamente publicado nos mesmos veículos do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

Jataí, 30 de Maio de 2018.

Juliana Paula Chaves Furquim
Pregoeira